



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

02, 03, 04, 05 e 06 de abril 2015



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Moacir Pereira

Data: 02/04/2015

Assunto: MP 198

Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE

MP 198 RACHA BASE DO GOVERNO

O clima de descontentamento de lideranças e parlamentares do PMDB com o governo estadual ficou materializado com a rejeição da Medida Provisória 198, que regulamenta os professores ACTs. A votação pela inadmissibilidade da MP, com parecer do relator, deputado Mauro Nadal (PMDB), representou a mais contundente derrota do governador Raimundo Colombo na Assembleia Legislativa.

A primeira constatação: havia um acordo de líderes, com o aval do governador Colombo e do relator, de que o parecer sobre a medida provisória só iria à votação depois que houvesse solução no impasse com os professores, já antes da greve. O relator Mauro Nadal, que preside a Comissão de Constituição e Justiça, surpreendeu totalmente a base governista: 1) Nadal havia sinalizado ao secretário Eduardo Deschamps

que o parecer seria pela aprovação

2) Vários deputados da comissão se ausentaram da reunião, porque a matéria não constava da pauta

3) O líder do governo foi também surpreendido pelo parecer.

Votaram pela rejeição os deputados Mauro Nadal e Valdir Cobalchini (PMDB), Narciso Parizotto (DEM), Luciane Carminatti (PT), João Amin (PP) e José Nei Ascari (PSD). Marcos Vieira (PSDB) e Rodrigo Guidi (PPS) estavam ausentes. E Silvio Dreveck, do PP, se absteve.

O PMDB rebelou-se por vários motivos. Perdeu diretorias financeiras de várias secretarias, não engoliu a escolha do pepista Silvio Dreveck na liderança do governo na Assembleia e tem contas a acertar com líderes do PSD.

O clima ficou tão ruim que o governador Colombo transferiu para a próxima semana a reunião convocada para ontem na Casa d'Agrônômica.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 02/04/2015
Assunto: MP 198		Página: 02

DIÁRIO CATARINENSE

PINTOU UM CLIMA

Oficialmente o governo do Estado ainda não admite, mas o Centro Administrativo está decidido a retirar da pauta a votação da Medida Provisória 198, que fixa a remuneração dos professores temporários (ACTs). Entendem que não há mais condições de bancar a MP.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Notícias	Data: 02/04/2015
Assunto: MP 198		Página: 15

DIÁRIO CATARINENSE

EDUCAÇÃO | PARALISAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Votação de medida provisória na Assembleia é adiada e sindicato diz que greve está mantida

Em uma tarde de galerias do plenário tomadas por manifestantes, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina adiou mais uma vez ontem a votação da Medida Provisória 198, que fixa a remuneração dos professores temporários (ACTs). O presidente da Casa, Gelson Merisio (PSD), afirmou que a decisão de não apreciar o texto ocorreu porque o governo do Estado estaria sinalizando pela revogação da proposta. As secretarias da Educação e da Casa Ci-

vil, porém, não confirmam o posicionamento pela retirada da MP.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino de SC (Sinte-SC) fez mais um ato ontem em Florianópolis, com caminhada pelas ruas cen-

trais da cidade e reunião do comando de greve para discutir os rumos do movimento.

Mesmo diante da fala de Merisio, sobre a possibilidade de revogação do texto, o Sinte declara que a paralisação continua.

- A MP é só um dos pontos de impasse. Sabemos que o governo vai mandar o projeto global da nova carreira para a Assembleia e é isso que queremos discutir - destaca o coordenador estadual do sindicato, Luis Carlos Vieira.

“

A MP é só um dos pontos de impasse. Sabemos que o governo vai mandar o projeto global da nova carreira para a Assembleia e é isso que queremos discutir.

LUIS CARLOS VIEIRA

Coordenador estadual do
sindicato dos professores



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Moacir Pereira

Data: 06/04/2015

Assunto: Nova carreira

Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

EDUCAÇÃO: MOBILIZAÇÃO E NOVA PROPOSTA

A semana que começa hoje promete novos fatos políticos na área da educação. Amanhã, o governador Raimundo Colombo vai se reunir com os líderes partidários na Assembleia Legislativa. O encontro deveria ter ocorrido no início da Semana Santa, mas foi cancelado depois que o governo sofreu derrota política no Legislativo com a rejeição da Medida Provisória 198, que trata das novas regras dos professores ACTs.

O assunto continua entre as prioridades

do governo. Técnicos e autoridades trabalharam exaustivamente nos últimos dias para ajustes no projeto da nova carreira com a tabela salarial que objetiva descompactação. Esses ajustes poderão incorporar alguns dispositivos contidos na MP 198. Nesse caso, se tiver receptividade, o Executivo enviará o projeto da tabela salarial, prevendo já arquivamento da MP 198.

Esses ajustes serão definidos hoje em reunião entre os secretários da Educação,

Eduardo Deschamps, e da Casa Civil, Nelson Serpa, com o líder do governo, deputado Silvío Dreveck.

Os professores continuam em greve. Mas a paralisação não tem grande repercussão. Ela é mais forte em Criciúma. A média de adesão é de 12%, segundo a secretaria.

O Sinte convocou para amanhã uma nova mobilização na Assembleia. No dia 9, quinta, haverá um evento estadual em frente ao Legislativo, com delegações de todas as regionais.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Sua Vida

Data: 06/04/2015

Assunto: Desafios

Página: 26

DIÁRIO CATARINENSE

OS CINCO DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

O momento era meio baixo-astrol: economia aos tropeços, corrupção em destaque e aumento de impostos. Até que a Presidência emitiu uma nota no último dia 27 anunciando o quinto ministro da Educação em 14 meses.

Um professor de Ética sem filiação partidária. A nomeação de Renato Janine Ribeiro, filósofo e professor da Universidade de São Paulo (USP), provocou otimismo entre analistas políticos e entusiasmo no meio acadêmico.

– Ele reúne as melhores condições de liderar um debate nacional. São raros os brasileiros que, além de capacidade intelectual, dispõem de tanta valentia para tratar de temas espinhosos – avalia o sociólogo Cesar Callegari, membro do Conselho Nacional de Educação e presidente do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada.

Em um país cuja taxa de evasão escolar atingiu 24,3% em 2012, com os vizinhos do Chile (2,6%), do Uruguai (4,8%) e da Argentina (6,2%) nos deixando para trás, desafios monumentais aguardam o novo ministro. Apenas para citar outro dado, o Brasil ocupa o 55º lugar entre 65 países no ranking de habilidade para leitura do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa).

Janine concederá entrevistas como ministro a partir desta semana. Mas, na terça-feira passada, no programa Observatório da Imprensa, da TV Brasil, adiantou a intenção de unir educação e cultura:

– Conhecer é tão prazeroso. Por que nós deixamos, ao longo dos séculos, que o conhecer se tornasse uma corveia, uma obrigação, e não uma praxe?

1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Digamos que um médico recém-formado queira ser cardiologista: você sabe, ele fará residência em um hospital certificado pelo governo – teoricamente uma instituição apta a lhe oferecer infraestrutura e orientação profissional qualificada – e, após alguns semestres, sairá de lá dominando totalmente a especialidade na prática.

– Agora troque o médico por um professor, a cardiologia pela Matemática, e o hospital por uma boa escola. Teremos a residência docente – propõe Mozart Neves Ramos, diretor do Instituto Ayrton Senna e professor da Universidade Federal de Pernambuco.

É muita teoria e pouca prática na formação dos professores, diz Mozart. Ele sugere que a residência docente ocupe o lugar do atual estágio curricular – disci-

plina do último semestre das faculdades de licenciatura e Pedagogia – e tenha o dobro da duração: um ano inteiro. Hoje, o estágio pode ser feito em qualquer escola. Na residência docente, como ocorre no aclamado sistema de ensino da Finlândia, não.

Escolas com bons laboratórios e professores de Química, por exemplo, seriam certificadas pelo Ministério da Educação para oferecerem residência em Química. Colégios cujo forte é a linguística, claro, receberiam aspirantes a lecionar Português e Literatura.

– As escolas vão lutar para atingir essa certificação, que lhe renderá benefícios do governo federal. E nós daríamos um salto na formação de professores, que hoje, na prática, não saem das faculdades sabendo ensinar – avalia Mozart.

2 REFORMA DO ENSINO MÉDIO

– O Ensino Médio no Brasil é preconceituoso – define o psicólogo João Batista Oliveira, PhD em Educação e presidente do Instituto Alfa e Beto.

Tudo gira em torno do Enem, mira a universidade, todos os alunos cursam as mesmas disciplinas. Jovens propensos a trocar o estudo pelo trabalho dificilmente mudam de ideia porque, nas palavras de João Batista, “não há estímulo à qualificação técnica, aos trabalhos manuais ou à qualquer atividade longe da faculdade.”

– Raciocine comigo: 78% da força de trabalho brasileira não têm curso superior.

prezadas – analisa o psicólogo.

João Batista lembra que em países desenvolvidos, como Inglaterra, Alemanha, Itália, França e Suíça, o nível médio é profissionalizante – como já foi no Brasil há 40 anos. E, se o estudante quiser ingressar na universidade, prestará vestibular com provas relacionadas à área que estudou nos últimos anos do colégio.

– O que não pode é o Enem ditar os rumos do ensino médio. Em nome desse preconceito, de que a vida sem curso superior não tem salvação, perdemos a mão de obra qualificada no Brasil.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

3 ALFABETIZAÇÃO NO PRIMEIRO ANO

Está lá, no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: "Que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental".

- Todo mundo sabe que essa alfabetização é na idade errada - protesta o sociólogo Simon Schwartzman, pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho em Sociedade do Rio de Janeiro e ex-presidente do IBGE.

Em qualquer país com ensino básico razoável, diz ele, a criança conclui a primeira série tendo e escrevendo. Ou, no mínimo, é essa a meta do governo.

O problema é que no Brasil, até os anos 1980, antes da universalização do ensino fundamental, quando não havia escolas públicas espalhadas nas regiões mais pobres, praticamente só a classe média tinha acesso ao colégio. Não eram filhos de analfabetos que ingressavam na escola - a maioria já tinha lápis e caneta em casa, convivia com pais letrados e chegava às aulas quase pronta.

- Qualquer método de alfabetização era suficiente. Mas a clientela das escolas mudou e o preparo dos professores não - lembra a psicóloga Maria da Penha Azevedo, pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação.

Já Simon Schwartzman conta: - Coordenei uma pesquisa com centenas de professores, e a imensa maioria aprendeu a alfabetizar na prática, e não nos cursos de magistério ou licenciatura.

Tanto ele quanto Maria da Penha defendem a meta de alfabetização aos seis anos - porque as crianças sentem-se incapazes e burras ao verem coleguinhas aprendendo enquanto elas fracassam - e uma verdadeira política que ensine os professores a ensinar.

4 CURRÍCULO COMUM NAS ESCOLAS

Nada de inventar a roda, basta seguir a lei. Há 19 anos a legislação manda que o governo federal elabore um currículo comum para as escolas do país inteiro, tanto as públicas quanto as privadas - essa resolução ganhou força no ano passado, com a aprovação do Plano Nacional de Educação. É bom que o MEC se agilize.

- Hoje, não há qualquer referência no país sobre o que os alunos devem aprender a cada ano escolar. Não há clareza sobre o que um estudante deve saber em cada série - explica a coordenadora do movimento Todos pela Educação, Alejandra Velasco.

Em que momento a criança deve dominar frações? E qual deve ser seu nível de interpretação de texto no quinto ano? A Constituição, vale lembrar, diz que toda criança tem direito a uma educação de qualidade.

- Mas todo o direito, para ser um direito, precisa ser enunciado. Quais são os direitos de uma criança no primeiro, no terceiro, no sexto ano? Os pais precisam saber. E que diretrizes definem uma "educação de qualidade"? - questiona o sociólogo Cesar Callegari, ex-secretário de Educação Básica do MEC e membro do Conselho Nacional de Educação.

Hoje, cada rede ou escola tem seus próprios critérios. Mas ano a ano seus alunos são submetidos a avaliações nacionais, como a Prova Brasil ou o Enem, que cobram de todos os mesmos conhecimentos.

O Plano Nacional de Educação exige que o ministério defina o currículo até junho de 2016.

- Será o primeiro passo para todos terem as mesmas oportunidades. Mas o prazo é curto e, até agora, ainda não vimos documento inicial em discussão - alerta Alejandra Velasco.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

5 TECNOLOGIA NO APRENDIZADO

Termodinâmica pode ser chato. Mas imagine se o aluno desembarcasse na Inglaterra do século 19, no auge da Revolução Industrial, para entender de perto como funcionavam as locomotivas e máquinas a vapor, tudo isso aliado a uma perspectiva histórica, geográfica e cultural daquela época – o estudante veria como as pessoas trabalhavam, se divertiam e se vestiam, e ele mesmo queimaria carvão para produzir energia.

– Precisamos dessa nova linguagem. A sala de aula perdeu o monopólio da aprendizagem, que hoje tem força descomunal na internet. O Brasil tem plenas condições de desenvolver portais com gráficos supermodernos, videoaulas, interatividades e simulações tridimensionais para os alunos estudarem na hora em que quiserem, com quem quiserem e onde quiserem – prega Ronaldo Mota, ex-secretário de Inovação Tecnológica do Ministério da Ciência e Tecnologia, hoje reitor da Universidade Estácio de Sá.

Ronaldo lembra que nenhum outro país usa a tecnologia bancária melhor do que o Brasil. Existe, portanto, um potencial de sucesso em outras áreas. Para ele, o orçamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que compra e distribui apostilas para escolas públicas, deveria ser redirecionado às inovações.

– O PNLD hoje é pensado como se os autores dos livros ou os gestores das escolas, todos de cabelos brancos como os meus, fossem os estudantes. É uma linguagem ultrapassada. Ou atualizamos nossa visão, ou fracassaremos. Não adianta os deputados brigarem pela escola de tempo integral se o colégio é desmotivador: vira uma dupla tortura – finaliza Ronaldo Mota.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Opinião	Data: 06/04/2015
Assunto: Negociações		Página: 02

Notícias do Dia

Educação com Planejamento

Com o impasse gerado pelo veto da medida provisória que mudaria os critérios de contratação dos professores ACTs (admitidos em caráter temporário), na Assembleia Legislativa, as negociações entre a categoria e o governo parecem ter voltado à estaca zero. Se proposta oficial era boa ou não, se haveria ganhos ou perdas para os professores, se o Estado está disposto ou não a despende mais recursos com as adequações solicitadas pelo sindicato que representa os mestres – tudo isso soa como secundário para quem

analisa a questão com isenção e não está envolvido diretamente com o problema.

Sim, porque este e outros imbróglios que têm os professores como pivôs não nasceram agora e nem serão removidos se a administração da política educacional não for pensada no longo prazo. É certo que o sindicato atua politicamente e nem sempre considera a qualidade do trabalho prestado pelos seus filiados, mas está na hora de o Estado pensar – e isso vale também para outras categorias – em aperfeiçoar a gestão de pessoal, sem o

que a imagem do serviço e do servidor público será sempre a pior possível.

Se há ainda 13 mil ACTs em Santa Catarina é porque o Estado não vem sendo bem-sucedido na condução do setor. O ideal é investir no aumento do número de efetivos, em tese mais comprometidos com a tarefa de bem educar, treiná-los e avaliá-los com critério e rigor, estabelecendo metas e punindo os profissionais faltosos ou irresponsáveis. Só assim haverá melhorias e a população respeitará mais o governo e os professores.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Capa

Data: 02/04/2015

Assunto: MP 198

Página: 01

Notícias do Dia

MP 198 deve ser retirada

**Professores ACTs. Medida
trata da remuneração**

Governo do Estado pretende encaminhar de outra forma a proposta relativa à carreira do magistério e aos professores contratados em caráter temporário.

Página 8



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Paulo Alceu

Data: 02/04/2015

Assunto: MP 198

Página: 23

Notícias do Dia

Bastidores da MP 198

O primeiro sentimento quando a MP 198, que trata dos professores ACTs, foi derrubada na Comissão de Constituição e Justiça era de que havia um "boicote" ao líder do governo, Sílvio Dreveck. Uma forma clara do PMDB mostrar sua força de exclusão ao PP, já que Dreveck é progressista, e quando indicado para liderar o governo na Assembleia houve uma espécie de discordância. A partir daí, começou uma espécie de reação do partido, que é governo, contra outra sigla que sofre adversidades no contexto dos aliados. Mas essa hipótese foi derrubada, ou pelo menos desconsiderada. O que houve, segundo comentários, foi uma demonstração de descontentamento com o governador Raimundo Colombo por parte do deputado Mauro de Nadal, que conduzia todo o processo. A atitude do deputado peemedebista surpreendeu inclusive o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, que tinha como certa a aprovação, depois de todas as explicações e ponderações que fez no Parlamento. Nadal não foi atendido em alguns pedidos para o governo e revelou sua insatisfação, conquistando o apoio da comissão, incluindo o deputado João Amin, que é do PP, que votou contra o líder do governo. (Esse episódio explico em outra nota na coluna). Depois da derrubada da MP, Nadal preparava sua votação em plenário para dar o golpe fatal, mas acabou esbarrando não só no presidente Gelson Merisio como no Regimento Interno. Comissões dão pareceres, a votação em plenário é definida e conduzida pelo presidente. A tendência, depois desses acontecimentos, é de que o governo retire a MP, que não deverá ir nem a plenário, onde há indícios de que seria aprovada. Mas, tem a Páscoa no caminho, na qual um chocolate poderá adoçar as relações.



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Política

Data: 02/04/2015

Assunto: Governabilidade

Página: 08

Notícias do Dia

Articulação política abalada

O impasse sobre dois projetos elaborados pelo Executivo para a apreciação dos deputados catarinenses – Plano Estadual da Educação e reforma administrativa – indica a falta de diálogo entre os poderes e sinaliza a possível desunião da base do governo no Legislativo. É o que afirmam os deputados, depois do anúncio, ontem, do presidente da Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina), Gelson Merisio, de que o governo pode retirar a MP (Medida Provisória) 198 da pauta na próxima semana.

A MP é o principal ponto de impasse entre os professores e o governo estadual nas negociações pelo fim da greve no ensino público, já que a medida diferencia a remuneração básica entre professores em caráter temporário e os concursados em início de carreira. Na terça-feira, sob forte pressão dos profissionais da educação, a MP foi rejeitada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e indicou a primeira derrota do governo no atual mandato. “Tirando o líder do governo, todos os outros votaram contra a MP. Foi uma derrota simbólica que merece uma leitura”, opinou a líder da bancada petista, Luciane Carminatti.

O presidente da Casa e o líder do governo, no entanto, não enxergam o recuo como derrota. “O governo entende que pode caminhar para outro entendimento. Se a MP fosse fundamental para o Executivo, nós teríamos a maioria e aprovaríamos o projeto”, alegou Merisio, ao descartar a desunião da base. Já o líder do governo, deputado Silvio Dreveck (PP), afirma que a sinalização do governo para a retirada da MP é estratégica. “Não houve nenhum gesto em retirar, não acredito que isso vá acontecer. A MP vai ficar na Alesc até o entendimento do governo com o Sinte [Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado]”, disse.

O peemedebista Aldo Schneider também defendeu o governo. “O mais importante é a elaboração de um projeto que contemple os professores dentro do Plano Estadual da Educação. A MP, neste sentido, se torna inócua”, alegou. O líder do PSD, Jean Kuhlman, reforçou o argumento do líder do governo. “É uma decisão estratégica nesse momento. Abre a possibilidade de uma negociação”, assegurou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Reforma administrativa reforça distância da base com o governo

Paralelamente ao debate da educação, outro projeto do Executivo sofre divergências antes mesmo de entrar na Casa Legislativa: a reforma administrativa, chamada agora pelo governo de "ajuste", depois do recuo da discussão e do atraso no envio à Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina). Enquanto os parlamentares alegam desconhecer os detalhes da reforma, o governo adia o envio do projeto e o encontro com os deputados da base governista.

O café entre o governador Raimundo Colombo (PSD) e os líderes das bancadas da base, marcado para a manhã de ontem, foi transferido para a próxima terça-feira. Na pauta oficial, apenas um item: a unificação das agências reguladoras

Agesc e Agesc. Entre os pontos polêmicos, no entanto, estão o corte de 500 cargos comissionados, a extinção do Deinfra e dos cargos de diretores nas SDRs, além da mudança no nome das secretarias regionais para agências.

Questionados sobre a reforma, os parlamentares são unânimes em afirmar o desconhecimento da matéria e criticam o governo pela falta de diálogo. "Não há unidade. Não consigo enxergar nenhum diálogo e não sei qual é a estratégia

do governo em relação a articulação e desempenho", disse o líder do PDT, Rodrigo Minotto, ao afirmar não ter sido convidado para a reunião com o governador. "Nem sabia da reunião, não recebi nenhum convite", criticou.

O líder do PSD, Jean Kuhlman, não nega a falta de diálogo mencionada por Minotto. Ao ser questionado sobre a retirada da MP 198 e a apreciação da reforma, o deputado alegou aguardar o direcionamento do governo. "A gente espera o governo decidir que caminho vai seguir. Queremos entender que rumo tomar", disse.

Porém, o presidente da Casa, Gelson Merisio (PSD), afirma que as divergências são circunstanciais e não indicam desunião da base ou quaisquer rusgas entre os poderes. "Não há um alinhamento vertical e não há desunião. Existem opiniões convergentes". "Acho que é cedo para falar em desunião. Isso, se existir, vamos sentir lá na frente", completou o líder do governo na Casa, Sílvio Dreveck (PP).

MP 198 será retirada

A possibilidade da retirada da medida provisória 198 da pauta dos deputados foi recebida com cautela pelo Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina). Os professores que lotaram o plenário da Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) aplaudiram o anúncio do presidente Gelson Merisio, mas os representantes do sindicato não comemoraram. "A MP não foi retirada ainda. É necessário que a mobilização continue. A retirada dessa MP é só o começo", disse aos professores o coordenador estadual do Sinte, Luiz Carlos Vieira.

De acordo com o presidente da Alesc, Gelson Merisio, há o encaminhamento de que a MP seja retirada na próxima semana. "Por isso não a colocamos em votação", disse Merisio, durante a sessão de ontem, mesmo sem oficializar a retirada. "Quando for definido, o anúncio será feito pelo líder do governo na Casa", disse, em alusão a Sílvio Dreveck (PP).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Hora de Santa Catarina	Editoria: Mario Motta	Data: 06/04/2015
Assunto: Aderbal Ramos da Silva		Página: on-line



Mário Motta: alunos matam aulas fugindo por buraco, em Florianópolis

Unidade educacional já foi um dos melhores colégios públicos do Estado

Morador de uma rua que fica nos fundos do Colégio Aderbal Ramos da Silva, no Balneário do Estreito, conta ter visto alguns alunos do colégio arrancando parte da grade de proteção no muro para "matar aulas". Foi alertar o proprietário da casa extrema ao colégio que fica na divisa e soube que ele mesmo conserta a tal grade quase diariamente, mas não adianta. Ele conserta e os alunos a arrancam.

Praticamente todos os dias um grupo de alunos mata aulas fugindo por esse buraco da unidade educacional que um dia já foi um dos melhores colégios públicos do Estado e hoje enfrenta muita dificuldade para desenvolver sua ação pedagógica. Pelo que conheço do empenho do corpo docente e da direção do estabelecimento, penso que a responsabilidade precisa ser cada vez mais dividida com os pais da comunidade e com os próprios alunos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 06/04/2015
Assunto: ACTs		Página: Online



Educação: a mobilização do magistério e a nova proposta do governo

A semana que começa hoje promete novos fatos políticos na área da educação. Amanhã, o governador Raimundo Colombo vai se reunir com os líderes partidários na Assembleia Legislativa. O encontro deveria ter ocorrido no início da Semana Santa, mas foi cancelado depois que o governo sofreu derrota política no legislativo com a rejeição da Medida Provisória 198, que trata das novas regras dos professores ACTs.

O assunto continua entre as prioridades do governo. Técnicos e autoridades trabalharam exaustivamente nos últimos dias para ajustes no projeto da nova carreira com a tabela salarial que objetiva descompactação. Estes ajustes poderão incorporar alguns dispositivos contidos na MP 198. Neste caso, se tiver receptividade, o Executivo enviará o projeto da tabela salarial, prevendo já arquivamento da MP 198.

Estes ajustes serão definidos hoje em reunião entre os secretários da Educação, Eduardo Deschamps, e da Casa Civil, Nelson Serpa, com o líder do governo, deputado Silvio Dreveck.

Os professores continuam em greve. Mas a paralisação não tem grande repercussão. Ela é mais forte em Criciúma. A média de adesão é de 12%, segundo a Secretaria.

O Sinte convocou para amanhã uma nova mobilização na Assembleia. No dia 9, quinta, haverá um evento estadual em frente a Assembleia, com delegações de todas as regionais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 06/04/2015
Assunto: MP 198		Página: Online

[PeloEstado]

Fora de pauta Os deputados tiveram muito trabalho para realizar a sessão Plenária da Assembleia ontem. Com as galerias cheias de professores pressionando pelo arquivamento da MP 198, que propõe tratamento diferenciado entre efetivos e temporários e cuja admissibilidade foi rejeitada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a sessão foi suspensa por uma hora. As 16h, início da Ordem do Dia, foi reaberta para anúncio do presidente Gelson Merisio (PSD) que a matéria não entraria em votação. Foi ovacionado pelos professores e elogiado pelos deputados. Um acordo entre Legislativo e Executivo deve culminar, na terça-feira (7), com a retirada da MP por parte do governo.